

**Público**  
Porto

13-10-2018

**Periodicidade:** Diário

**Classe:** Informação Geral

**Âmbito:** Nacional

**Tiragem:** 51453

**Temática:** Política

**Dimensão:** 2203 cm<sup>2</sup>

**Imagem:** S/Cor

**Página (s):** 16/17

# Marcelo e Lucília Gago: faltam meios para combater a corrupção

António Costa e a ministra da Justiça ficaram em silêncio na tomada de posse da nova procuradora-geral da República, que elogiou o trabalho feito pelo Ministério Público na *Operação Marquês*

**Justiça**  
Ana Henriques  
e Leonete Botelho

A falta de meios para combater a corrupção foi a pedra de toque dos discursos do Presidente da República e da nova procuradora-geral da República, Lucília Gago, na tomada de posse da magistrada que vai representar todo o Ministério Público.

Presentes na cerimónia, que decorreu ontem no Palácio de Belém, mas sem direito ao uso da palavra, o primeiro-ministro, António Costa, e a ministra da Justiça, Francisca van Dunem, ouviram e calaram. O tiro de partida foi dado por Marcelo Rebelo de Sousa, quando aludiu a uma “permanentemente insuficiência de recursos, mesmo quando reforçados perante solicitações sem fim”. E evocou, a este propósito, uma visita que fez em 2016 à unidade do Ministério Público onde se lida com a criminalidade económico-financeira mais complexa, o Departamento Central de Investigação e Acção Penal: “Recordarei sempre a imagem de salas cheias até ao tecto de volumes de milhares de páginas, como que esmagando os magistrados e especialistas afanosamente trabalhando nos processos de maior envergadura.”

Saltou-lhe à vista o contraste “entre a imensidão material da tarefa e a escassez de recursos humanos”. Mais tarde havia de voltar ao tema, ao mencionar que a criação de condições de autonomia do Ministério Público implica a existência de recursos humanos suficientes.

Mostrando estar em sintonia com o chefe do Estado, Lucília Gago falou a seguir, para avisar que a Justiça só conseguirá ser célere se vir reforçados os meios humanos e técnicos à sua disposição. A nova procuradora-geral da República não escamoteou os obstáculos com que se confrontam magistrados e polícia: o combate à criminalidade económico-financeira “exige a dotação dos imprescindíveis meios humanos e técnicos”, razão pela qual Lucília Gago considerou ser urgente capacitar a Polícia Judiciária para aumentar a sua resposta ao nível das peritagens infor-

máticas e contabilístico-financeiras.

Há processos que chegam a ficar parados um e dois anos, à espera de que a Judiciária tenha disponibilidade para levar a cabo a análise pericial de computadores apreendidos e de contas bancárias arrestadas. Aqui, a nova procuradora-geral da República voltou a juntar a sua voz à do Presidente: uma das prioridades do seu mandato será o combate à criminalidade económico-financeira, com particular enfoque na corrupção, “que se tornou um dos maiores flagelos susceptíveis de abalar os alicerces do Estado e de corroer a confiança dos cidadãos no regime democrático”. Marcelo referiu-se-lhe como “um combate sem tréguas”. Afinal, disse também, todos devem merecer igual tratamento, incluindo os mais poderosos – venham eles do mundo da economia, da política, dos *media*, da cultura ou do desporto.

**A corrupção tornou-se “um dos maiores flagelos susceptíveis de abalar os alicerces do Estado”, afirmou a nova procuradora-geral**

Outra prioridade dos seis anos do mandato de Lucília Gago, que agora começa, diz respeito à violência doméstica – fenómeno que, no seu entender, “reclama redobrados esforços” que possam “pôr cobro à onda devastadora de homicídios que teima em assolador o país”. Ao Ministério Público, avisou, “não deve escapar a sensibilidade das matérias sobre o género”, sob a pena do surgimento de “equivocos com natural impacto no tecido social”.

E mesmo temas mais sensíveis, como o recurso, por parte dos arguidos, a expedientes legais que visam atrasar a acção da justiça – eventualmente até os processos prescreverem – não ficaram fora da intervenção da sucessora de Joana Marques Vidal.

**“Amanhã podem aparecer casos ainda maiores”, avisa Joana Marques Vidal**

Procuradora-geral da República cessante deu entrevista à SIC e ao *Expresso*

Questionada sobre os grandes casos que têm marcado a justiça portuguesa, a procuradora-geral da República cessante, Joana Marques Vidal, diz que “amanhã podem aparecer casos ainda maiores”. Numa entrevista de final de mandato, que deu à SIC e ao semanário *Expresso*, a magistrada revelou ainda que soube duas horas antes do anúncio da sua sucessora que não veria o seu mandato renovado e mais tarde, uma hora depois, quem iria ser a nova titular do cargo. Foi a ministra da Justiça quem lhe telefonou a anunciar-lhe o nome de Lucília Gago. Recusou-se, porém, a dizer qual teria sido a sua resposta caso lhe tivesse sido pedido para ficar à frente do Ministério Público: “Seria arrogância da minha parte dizer que estava disponível sem ter sido convidada.”

Marques Vidal reconhece que foi desconfortável a polémica que se gerou à volta da sua

substituição desde Janeiro passado, altura em que a ministra da Justiça anunciou que não tencionava reconduzi-la. “Não me senti muito bem. Gerou-se um jogo [político] ao qual fui completamente alheia e sobre o qual não me podia pronunciar.” Embora continue a defender que o mandato do procurador-geral da República deva ser único, a magistrada defende que ele possa estender-se até aos nove anos, em vez dos actuais seis. É que deixou por completar algumas tarefas que considera importantes, admite: “Ainda há muito a fazer nos crimes de violência doméstica.” A defesa dos chamados “direitos difusos da comunidade” – os direitos culturais ou o direito ao ambiente, por exemplo – é outra área “onde, infelizmente, o Ministério Público ainda não se conseguiu organizar para exercer as suas funções”.

Seja como for, o novo Estatuto do Ministério Público, que está para discussão no Parlamento, prevê a criação de uma nova unidade, precisamente com esta missão. A ex-procuradora-geral da República lamentou, de resto, que não tenha sido possível concluir a revisão deste estatuto durante o seu mandato. Sobre o seu futuro, Joana Marques Vidal, que tem 62 anos, explicou que o mais certo será integrar um dos tribunais de topo que existem, seja o Supremo Tribunal de Justiça ou o Supremo Tribunal Administrativo. Antes disso, quer tirar um mês de licença. “Para compensar as férias que não tive”, acrescentou.



Compete aos órgãos de soberania levarem a cabo uma reforma que permita “maior agilização na tramitação processual”, tarefa em que o Ministério Público não se eximirá de colaborar. Por fim, a *Operação Marquês*: Lucília Gago fez questão de falar deste processo como sendo “ilustrativo dos níveis de exigência e qualidade do trabalho do Departamento Central de Investigação e Acção Penal” e de dizer abertamente que deposita plena confiança no seu director, Amadeu Guerra. O magistrado termina a comissão de serviço no primeiro trimestre de 2019, podendo, se assim o entender, vê-la renovada.

Quase no final do seu discurso, Marcelo voltou a um dos seus pontos de partida: a moralização da vida colectiva em Portugal. “Se alguém, distraído ou persuadido de que há espaço para a impunidade, pensa que a passagem de testemunho na Procuradoria-Geral da República implica alterações de valores e de princípios, desengane-se.” Porque “não há campanhas pessoais ou políticas que paralise, travem ou condicionem a justiça”, assegurou. Depois, elogiou o “marcante legado” deixado por Joana Marques Vidal. Já Lucília Gago optou por destacar o facto de o sucesso ou insucesso do procurador-geral da República não depender apenas de si próprio: “O mérito do desempenho não lhe deve ser exclusivamente imputado, como se de uma figura providencial e messiânica se tratasse, mas antes a todos os órgãos e agentes do Ministério Público.”

No final da cerimónia, houve manifestações de agrado perante as posições expressas pela magistrada. Apesar de não ter tocado na questão de se poder avizinhar uma corrida às reformas por parte dos procuradores, se o Governo levar por diante a alteração das regras de aposentação do sector, o presidente do Sindicato de Magistrados do Ministério Público, António Ventinhas, considerou que a nova cara do Ministério Público “tocou nos principais problemas” que inquietam a classe. “Começou bem”, resumiu o procurador.

ana.henriques@publico.pt  
leonete.botelho@publico.pt

## “ Não obstante a recusa da associação sindical em formalizar as suas pretensões, [o grupo parlamentar do PS] permanece disponível para apreciar e discutir propostas

Grupo parlamentar do PS, em comunicado



Marcelo Rebelo de Sousa e Lucilla Gago em sintonia: o combate à corrupção é uma prioridade nacional

## Juízes ameaçam protestar até ao último dia deste Governo

Ana Henriques

O impasse nas negociações com os deputados do PS em questões remuneratórias levaram a Associação Sindical de Juizes Portugueses a ameaçar enveredar por uma forma de protesto inédita, que se poderá manter até ao último dia em que o Governo esteja em funções.

Depois de se ter reunido uma vez mais, na quinta-feira, com os dois parlamentares da bancada socialista que têm vindo a tratar da questão, o presidente do sindicato dos juizes, Manuel Ramos Soares, não poupou nos adjectivos: qualificou o encontro como surreal e hilariante, lamentando a falta de respeito com que os parlamentares Filipe Neto Brandão e Fernando Anastácio estão a tratar os magistrados.

A ministra da Justiça, Francisca van Dunem, sempre disse que não tinha margem de manobra para acolher quaisquer aumentos salariais para os juizes, que lhe entregaram uma proposta relativa a subsídios, escalões e tectos salariais. Foi então que a associação sindical decidiu apelar aos deputados.

Depois de terem sido recebidos em Setembro do ano passado pelo grupo parlamentar do PS, os juizes desconvocaram a greve que tinham marcado para os dias 3 e 4 de Outubro – que, a realizar-se, comprometeria a validação dos resultados das eleições autárquicas no prazo previsto, uma vez que compete a estes magistrados levar a cabo essa tarefa no âmbito dos processos eleitorais. Só que, desde aí, pouco ou nada aconteceu em termos negociais.

Os socialistas acusam a Associação Sindical de Juizes Portugueses de não lhes ter apresentado uma proposta. Manuel Ramos Soares responde. Diz que a sua proposta é aquela que foi entregue à ministra, e que seguiu para o Parlamento acoplada à proposta de lei que revê o estatuto profissional da classe. “O Governo já tinha respon-

dido que não a essa proposta dos juizes, razão pela qual essa fase está ultrapassada”, reage Filipe Neto Brandão.

Perante isto, a Associação Sindical dos Juizes Portugueses resolveu desencadear várias reuniões internas que culminarão, a 3 de Novembro, com uma assembleia geral em que os magistrados decidirão de que forma irão reagir a este impasse negocial. “Se tivermos de fazer uma greve, fá-la-emos. Mas em moldes diferentes das que já foram feitas no passado”, avisa o presidente do sindicato. “Será um protesto inédito, e durará até ao último dia de funções deste Governo.”



Líder sindical qualifica impasse negocial sobre aumentos de salário como surreal e hilariante

Manuel Ramos Soares assegura que os juizes não exigem aumentos salariais já para 2019 – até porque o Orçamento do Estado que vai agora começar a ser discutido não os contempla. “Estamos dispostos a ser muito maleáveis no processo negocial, mas isso tem um preço: respeito”, declara o dirigente sindical. Caso contrário, a classe ameaça fazer sentir o seu descontentamento durante muito tempo.

Em resposta, o grupo parlamentar socialista divulgou um comunicado em que afirma que, “não obstante a recusa da associação sindical em formalizar as suas pretensões, permanece disponível para apreciar e discutir quaisquer propostas, caso esta venha a reponderar a sua posição”. O PSD tinha entregado na terça-feira um requerimento para ouvir a associação sindical no Parlamento antes da discussão e votação na especialidade da proposta de lei de alteração do estatuto dos magistrados judiciais, mas a iniciativa acabou por não ter sucesso.